

GRANDES PROJETOS, CONFLITOS E AÇÕES COLETIVAS DE POVOS, COMUNIDADES TRADICIONAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA PRÉ-AMAZÔNIA.

Avanços de investigação em curso

GT 20: SOCIEDADE CIVIL: PROTESTOS E MOVIMENTOS SOCIAIS

Autoras: Helciane de Fátima Abreu Araujo¹
Mariana Leal Conceição Nóbrega²

RESUMO

O estudo analisa a dinâmica da ocupação da Pré-Amazônia, nos últimos 40 anos, observando os conflitos sociais configurados, em função da instalação de grandes projetos econômicos relacionados ao agronegócio, mineração, siderurgia, produção de celulose e projetos de infraestrutura na região. A observação privilegia situações empíricas no estado do Maranhão – Brasil, onde tais investimentos intensificam a devastação e os desequilíbrios ambientais, afetando diretamente as territorialidades específicas de povos e comunidades tradicionais (AMEIDA, 2008). Em consonância com as políticas governamentais de desenvolvimento, esses investimentos geram o que Lopes (2004) classifica como ambientalização dos conflitos sociais, impondo aos atingidos uma organização política que escapa aos padrões tradicionais. Em suas lutas pelo reconhecimento de suas identidades coletivas, esses povos reinventam a ação coletiva.

Palavras-chave: Grandes projetos; ações coletivas; Amazônia

Introdução

O estudo visa analisar a dinâmica da ocupação da Pré-Amazônia, nas últimas quatro décadas, quando esse espaço – sob a orientação de um discurso desenvolvimentista, via industrialização - passou a ser objeto de interesses econômicos, atraindo grandes projetos agropecuários, minero-siderúrgicos, madeireiros e, mais recentemente, agroindustriais e produção de gás e de celulose. Tais empreendimentos são implementados com o aval do Estado brasileiro - hoje o maior investidor de projetos de infraestrutura, com a construção de estradas e de hidrelétricas - e têm disseminado uma série de conflitos socioambientais, envolvendo grupos camponeses, povos e comunidades tradicionais que habitam na região.

A reflexão, aqui pretendida, vem sendo desenvolvida desde 2006, no âmbito da construção de minha tese de Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará e no âmbito da minha participação na produção do **Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial Contra o Desmatamento e a Devastação. Processos de capacitação de povos e comunidades tradicionais,**

¹ Doutora em Sociologia. Professora Adjunta I da Universidade Estadual do Maranhão-Brasil, pesquisadora do Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia (GESEA) e do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA).

² Agrônoma e mestranda do Instituto de Geociências (IG) – UNICAMP, pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)

financiado pelo Fundo da Amazônia, coordenado pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, iniciado em 2011 e que deve ser concluído em 2014.

Verifica-se, nesse período de investigação, que os investimentos econômicos privados e de infraestrutura vêm intensificando a devastação e os desequilíbrios ambientais, afetando diretamente as territorialidades específicas de povos e comunidades tradicionais, cujos modos de vida encontram-se ameaçados (ALMEIDA, 2006). Percebe-se que as estratégias empresariais, em consonância com as políticas governamentais de desenvolvimento, assumidas contemporaneamente na Pré-Amazônia assemelham-se ou têm alguma inspiração no “modelo legal de harmonia como técnica de pacificação”, estudado por Nader (1994), gerando o que Lopes (2004) classifica como ambientalização dos conflitos sociais e impondo aos grupos camponeses, povos e comunidades uma organização política que desconhece aos padrões pré-existentes.

As reflexões aqui apresentadas emergem da observação de situações empíricas no estado do Maranhão vivenciadas, especificamente, por quilombolas, ribeirinhos, mulheres quebradeiras de coco babaçu, assentados e povos indígenas. A proposta é pensar como, em suas lutas sociais, esses grupos, povos e comunidades atualizam ou reinventam a mobilização política e a ação coletiva na Amazônia, com vistas à preservação do ambiente e dos seus modos de vida.

Este artigo se concentra, portanto, em três pontos: Inicialmente elencamos aspectos da formação do que estamos denominando por Pré-Amazônia e Pré-amazônia maranhense, enfatizando suas especificidades geográficas, socioeconômicas e culturais; No segundo ponto, abordamos o processo de abertura das fronteiras agrícolas para os investimentos industriais, pautada na ideologia do desenvolvimento via industrialização, bem como as consequências desse caminho estimulado pelas políticas oficiais de desenvolvimento; no terceiro momento, trago algumas reflexões sobre a dinâmica dos movimentos sociais e identidades coletivas que se constroem no confronto com os empreendimentos instalados na região; e, como último ponto, apresento, à guisa de conclusão, algumas questões para serem colocadas em debate, quando o tema em discussão for a Amazônia.

Aspectos socioambientais da Pré-Amazônia

Uma das regiões mais ricas e de maior biodiversidade do planeta, a floresta amazônica ocupa aproximadamente 5,4 milhões de Km², estendendo-se por oito países na América do Sul. Abriga cerca de 10% das espécies conhecidas de mamíferos e 15% das espécies de plantas, sendo detentora, também, de um imenso acervo étnico e cultural (BRASIL, 2006). A chamada região Amazônia brasileira integra nove estados, a saber: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, totalizando uma área de 5.088.668,43 km, representando 59,76% do território nacional.

A porção mais oriental do bioma atinge o Estado do Maranhão, no Brasil. O Maranhão compreende uma área de 331.383,293 km quadrados, onde vive uma população estimada, em 2006, de 6.184.538 habitantes, distribuída em 217 municípios, sendo que 68,1% dessa população se concentra na área urbana (IBGE, 2005). Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, numa extensão litorânea de 640 km.

A Amazônia Maranhense possui 81.208,40 km², representando 24,46% do território do Estado (IBGE, 2002), nela estão localizados 62 municípios. Situado em uma área de transição entre o Nordeste e a região amazônica, o Maranhão encontra-se numa posição entre três macrorregiões brasileiras: Nordeste, Norte e Centro Oeste. Reúne feições fitogeográficas e climatológicas características dessas áreas.

Em termos geográfico e político-administrativo, chega a ser considerado nordestino. Mas, desde 1969, partes da porção centro-sul (predomínio do ecossistema de cerrado) e oeste (floresta tropical) de seu

território estão incorporadas à chamada “Amazônia Legal”³, com uma área de 123.369 km quadrados, devido às semelhanças com outros estados amazônicos: pluviosidade, hidrografia, relevo, vegetação, fauna, história de sua ocupação humana e as características culturais, sociais e econômicas de seus habitantes. É o único estado do Nordeste a ter parte do seu território coberto pela floresta amazônica, o que o coloca, juntamente com o estado do Piauí, na posição também de Meio Norte.

Apesar dessas particularidades, é o estado da Amazônia Legal que possui o menor grau de ocupação do espaço com áreas protegidas, apresenta alto grau de desmatamento e fragmentação florestal e um dos menores índices de desenvolvimento humano⁴. A chamada Região da Pré-Amazônia maranhense é composta pelos municípios de Governador Eugênio Barros, Governador Luís Rocha, Graça Aranha, Presidente Dutra, Santa, Filomena do Maranhão, São Domingos do Maranhão, Senador Alexandre Costa e Tuntum.

Os primeiros registros da ocupação e utilização das terras do território maranhense pelo homem branco, de origem européia, datam de 1612-1616, com as incursões portuguesas e francesas e de 1642, com a presença dos holandeses. Essas experiências introduziram o gado bovino e os animais de carga no Estado, atividade que se associou à economia agrícola, baseada na prática do extrativismo pelos indígenas (PORRO, 2004).

Entre os anos de 1750 a 1850, a ocupação do Estado pela população branca se deu por meio de duas frentes. Uma pelo sul, associada à pecuária, caminho percorrido por vaqueiros oriundos do Nordeste (BA), em busca de pastagens nativas no sertão maranhense. A segunda frente, mais associada à agricultura, fixou-se mais em terras próximas ao litoral (Baixada Ocidental e Oriental), ou no Baixo e no Médio Mearim, Grajaú e Pindaré. Descendentes de escravos de origem africana e de povos indígenas, essa frente formava a mão-de-obra das *plantations* de cana-de-açúcar e do algodão. Com o fim do regime de escravidão, esse sistema entra em declínio e, gradativamente, é substituído pela produção da pecuária extensiva, dando origem a um campesinato que se sustenta por meio do uso comum de recursos e da cooperação entre unidades domésticas de produção (ALMEIDA, 1976; PORRO, 2004).

Esse processo de ocupação espontânea das terras maranhenses, iniciado no período colonial, intensifica-se com a abertura dos eixos rodoviários entre 1939-1945, posteriormente na década de 1950, com a construção da ferrovia São Luís/Teresina e com a abertura das estradas federais. O Maranhão dito “rural” surge com a ocupação das ex-fazendas, em particular, das terras consideradas devolutas, por ex-escravos, segmentos sociais que viviam da agricultura e migrantes nordestinos (MEIRELES, 2001). Esses grupos garantiam a sobrevivência a partir do sistema de roça itinerante e da exploração consorciada com arroz, milho, feijão, mandioca, principalmente no Vale do Mearim, sendo responsáveis pela grande produção de arroz, verificada nas décadas seguintes.

Além das condições climáticas e da fertilidade dos solos, a disponibilidade de terras devolutas atraía, para o Maranhão, grupos de nordestinos, vitimados pela seca ou pela má distribuição da propriedade em seus lugares de origem (ARAUJO, 1996). A frente de nordestinos seguia de Teresina até Caxias e, em período de estio, seguia pelo Itapecuru, rumo ao Oeste, até Grajaú, Mearim e Pindaré. Uma segunda frente de nordestinos, formada por possuidores de gado, seguiu duas rotas: uma pelo sudoeste em

³ A Amazônia Legal ocupa 5.016.136,3 km², que correspondem a cerca de 59% do território brasileiro. Nela vive cerca de 24 milhões de pessoas (IBGE,2010), distribuídas em 775 municípios, nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins (98% da área do estado), Maranhão (79%) e Goiás (0,8%).

⁴Um dos principais indicadores de crise social é o IDH. Ver IBGE/PNAD (2004) e Amazônia Maranhense: Diversidade e Conservação / Organizado por Marlúcia Bonifácio Martins; Tadeu Gomes de Oliveira – Belém: MPEG, 2011

direção a Barra do Corda e Tocantins; e outra, pelo rio Parnaíba, seguindo para o Oeste, fixando-se em Pastos Bons, São Raimundo das Mangabeiras, Riachão e Carolina. Observa-se que tanto no período colonial, como no período pós-colonial, o processo de ocupação em território maranhense deu origem à formação de duas regiões: uma, onde prevalece a prática da pecuária extensiva e, outra, onde predomina a agricultura (ANDRADE, 1973).

Abertura das fronteiras agrícolas ao grande capital

O processo de ocupação até aqui descrito, em certa medida, foi considerado espontâneo, porque assumido pelos próprios grupos camponeses, como alternativa às condições de sujeição em que viviam, em seus lugares de origem. Entretanto, a partir dos anos 1960, outra forma de ocupação, dirigida, começa a ser sugerida pelo planejamento público, inspirada em uma visão desenvolvimentista – disseminada no Brasil a partir dos anos 1950.

Um dos instrumentos técnico-científico, que serviu de base para fundamentar essa orientação, foi o relatório “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, elaborado, em 1959, pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, coordenado pelo economista Celso Furtado. O documento recomendava projetos de colonização no Maranhão, como meio de organizar o fluxo migratório nordestino e corrigir as distorções advindas da seca no Nordeste.

Tal recomendação não levou em conta a formação social e econômica pré-existente no Estado e acabou estimulando os fluxos migratórios nordestinos, e, com a venda de 90% das “terras livres” por preços irrisórios a grandes grupos empresariais, a experiência acabou fechando as fronteiras agrícolas no Maranhão, abrindo as possibilidades para o grande capital. O processo de inserção do Maranhão ao mercado nacional se deu via apoio governamental, por meio de subsídios e transferência de terras devolutas às grandes empresas agropecuárias e comerciais (ARCANGELI, 1987; MESQUITA, 2006).

Em 1969, outro instrumento jurídico facilitou a inserção de empresas agropecuárias no Estado. Trata-se da Lei Estadual de Terras, Lei nº 2.979, de 17 de junho de 1969, conhecida por Lei Sarney de Terras, complementada pelo Decreto nº. 4.028, de 28 de novembro de 1969, que dispõe sobre as terras devolutas e sobre a política fundiária do Estado, permitindo a venda de grandes extensões de terras, superiores a 3.000 hectares, para sociedades anônimas.

Na década de 1970, a idéia da integração nacional, por meio da ocupação da Amazônia, inspirou os planejadores, que consideraram as terras devolutas da região como “vazios demográficos”, “espaços vazios”. Tal interpretação induziu o Estado a uma política de colonização oficial e a apropriação privada das terras, através da posse do título, entrando em confronto com os costumes tradicionais da região e intensificando os conflitos, principalmente nas faixas pioneiras e em regiões de ocupação antiga, sobretudo em áreas indígenas. Em 1974, a colonização oficial foi substituída pela particular, passando o Estado a incentivar a nova colonização, patrocinada, agora, pelas empresas ou cooperativas de trabalhadores provenientes do sul do país, abrindo as portas para a implantação da grande empresa capitalista no campo (BASTOS, 1994).

Outro grande instrumento foi a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, no dia 27 de outubro de 1966, por meio da Lei nº. 5.173. Por intermédio do Banco da Amazônia, o órgão faz concessões de incentivos fiscais e creditícios às empresas agroindustriais e mineradoras⁵.

⁵ Tais políticas foram complementadas, posteriormente, com a criação do INCRA, através do Decreto-Lei nº. 1.110 de 09 de julho de 1970, quando o governo militar inaugurou sua política de colonização dirigida oficial e, posteriormente, particular, investindo nos programas especiais de desenvolvimento regional.

O governo estadual investiu na chamada ocupação racional e ordenada de terras, visando disciplinar o espontaneísmo da fronteira agrícola em avanço na Pré-Amazônia maranhense. Nos anos 1980, com a abertura das fronteiras agrícolas para os grandes projetos minero siderúrgicos, vinculados ao Programa Grande Carajás e da base de lançamento de foguetes de Alcântara, intensificou-se o processo de transferência de terras devolutas para corporações empresariais, entre elas: Varig, Mesbla, Sharp, Sanbra, Pão de Açúcar e Cacique, sobretudo na região de Pindaré, investimentos popularmente denominados como “Grilo” Pindaré, pelas formas fraudulentas como as terras eram adquiridas e registradas em cartórios (ASSELIN, 1982).

Ao analisar a estrutura fundiária maranhense nos períodos de 1970 a 1995, o economista Mesquita (2008) concluiu que qualquer que seja o conceito utilizado, todos eles apontam para uma estrutura de acesso e uso da terra “extremamente desigual e antidemocrática”. O autor tenta desmistificar a idéia de que a concentração de terra esteja diretamente associada à atividade da pecuária e conclui que a concentração da terra é multideterminada por um conjunto de fatores.

Na interpretação Almeida (2005), as questões sociais e econômicas intensificam-se, nos anos de 1980, na medida em que novo projeto de industrialização inicia uma coalizão, difícil de romper, entre o setor mais atrasado da terra, com o mais adiantado da indústria, representado pelas empresas mineradoras e siderúrgicas, exportadoras dos minérios de Carajás. A aliança do poder agrário com a industrialização desmoronou de vez a idéia do celeiro do Brasil.

Os grandes projetos⁶ e o processo de modernização do campo – com incentivos aos grandes projetos agropecuários e agroexportadores, centrados na monocultura, com implementos agrícolas da mais alta tecnologia em regiões estratégicas, como a Pré-Amazônia, o cerrado e os campos naturais da Baixada Maranhense – acentuam problemas sociais e ambientais. Todos esses investimentos implicam a devastação de grandes áreas, a contaminação das bacias dos principais rios do Estado, com o uso de agrotóxicos (pesticidas e inseticidas) e de adubos químicos, e a conseqüente desertificação dos solos, causando o que Almeida (2005, p. 27) chama de *processo predatório*, caracterizado por relações sociais e conflitos, que compõem o *processo de devastação* (idem), particularmente na região dos babaçuais⁷.

No período de 1985-2000⁸, dado o efeito substituição soja sobre a pecuária no Maranhão, alguns economistas, a exemplo de Mesquita (2008) afirmam que está em curso um processo de *despecuarização* e *descamponização* da agricultura do sul do Estado, observado com o deslocamento de famílias para outros estados da região Norte e Centro Oeste do País.

Nos últimos 10 anos, o capitalismo financeiro concentrou o maior volume de recursos arrecadados no mundo inteiro nos bancos dos Estados Unidos e na Europa, e esses bancos passaram a investir em

⁶ Pode-se destacar o Programa Grande Carajás, iniciado em 1986, que arregimentou um grande volume de investimentos na Amazônia Oriental, com incentivos fiscais e creditícios para projetos agrícolas, agroindustriais e implantação de infraestrutura (transporte e energia), para o processamento de minérios, agropecuária e exploração madeireira, Ver Nóbrega (2013); Sobre outros grandes empreendimentos, como Consórcio Alumar, Base Aérea de Alcântara. Ver Arcangeli (1987)

⁷ O babaçu é uma palmácea que predomina em zonas de várzeas, próximas dos vales dos rios e em pequenas colinas ou elevações, associado a outros tipos de vegetação como capoeira, caatinga, mata aluvial, cerrado... (MIC/SIT: 1982:21). Tal região, denominada por Almeida et al (2005, p. 41) “região ecológica do babaçu” engloba, no Maranhão, as regiões do cerrado, cocais, baixada e chapadões; no Piauí, no curso médio e baixo curso do rio Parnaíba; e no Tocantins, baixadas e vales úmidos, às margens dos rios Tocantins e Araguaia. Os babaçuais ocupam uma área de aproximadamente 18,5 hectares nos estados do Maranhão, Pará, Piauí, Tocantins, Goiás e Mato Grosso, sendo que, desse total, 10,3 milhões de hectares estão concentrados no Maranhão.

⁸ A inserção no mercado globalizado beneficia grupos e segmentos de forma pontual e se restringe aos intensivos de capital, commodities minerais (Vale, Alumar e guseiras).

compra de ações de diferentes empresas. Para exemplificar, a Companhia Monsanto, indústria multinacional de agricultura e biotecnologia, situada nos Estados Unidos, que comercializava, no passado, grãos em alguns mercados, hoje, tem laboratórios de pesquisas de sementes transgênicas e de remédios para animais, fábricas de pesticidas, herbicidas e fungicidas, fábricas de derivados de soja, como óleo de soja, margarina e de ração animal. O mesmo acontece com os laticínios, como a Nestlé e a Danone, ou seja, o capital financeiro apresenta como um dos resultados a concentração de inúmeras atividades produtivas, que antes eram separadas e até competitivas, e que passaram a atuar em toda a cadeia de produtos relacionados com a agricultura, seja de insumos, seja de derivados de matéria-prima agrícola.

Outro movimento no sentido da centralização ocorre quando o capital controla, simultaneamente, vários ramos da produção. A Monsanto é, ao mesmo tempo, comercial, agrária e financeira. A Companhia Vale do Rio Doce tem bancos entre seus maiores acionistas, explora minério, fabrica aço, vende e compra matéria-prima. Outro movimento do capital financeiro é o da internacionalização dos mercados e dos preços. O preço da soja, do milho, do algodão, da celulose e de todas as matérias-primas produzidas da agricultura é um preço internacional controlado de forma oligopólica, não se baseia mais no custo de produção local.

Delgado (2010) afirma que agronegócio, na acepção brasileira do termo, associa o grande capital agroindustrial à grande propriedade privada, realizando uma aliança estratégica com o capital financeiro, visando ao lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado.

No Maranhão avanço do agronegócio foi muito associado aos investimentos da soja no Estado, porém, estudos mais recentes e os movimentos sociais que atuam no campo começam a relacioná-lo com investimentos na monocultura do eucalipto - nas regiões do Baixo Parnaíba, tocantina e toda a região dos Carajás⁹ - e na produção de etanol, a partir da cana-de-açúcar. Nos últimos 20 anos, empresas transnacionais e grandes e médios produtores do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo são atraídos pelas vantagens oferecidas pelo Estado - com aporte de recursos públicos, por meio de subsídios, para a produção de monocultivos (PINHEIRO, 2007).

O investimento em soja e em eucalipto¹⁰ está associado à siderurgia. Todo o produto proveniente do desmatamento no plantio da soja, na região sul e no Baixo Parnaíba, tem uma estreita relação com a produção de carvão vegetal para abastecer a siderurgia no Maranhão. A procura pelo carvão está pressionando grupos que vivem da produção familiar e do extrativismo vegetal, inviabilizando o acesso das quebradeiras de coco babaçu ao recurso natural¹¹. A atividade do extrativismo do babaçu, antes assumida predominantemente por mulheres, hoje tem outros sujeitos, como empresas, na disputa pelo recurso.

Nota-se que o capital, em sua fase mundializada, pressiona, de forma sistemática, a força de trabalho na Pré-amazônia. A aposta na chamada modernização do campo, via industrialização, não implicou rupturas nas relações de produção, próprias de uma sociedade com raízes fincadas no patrimonialismo

⁹ Refiro-me à área geográfica que abrange o município de Imperatriz e seu entorno até o sul do Estado e à região dos Carajás, toda a área afetada pela construção da Estrada de Ferro Carajás – EFC, para o escoamento do minério extraído pela Companhia Vale do Rio Doce.

¹⁰ O cultivo de eucalipto no Maranhão vem sendo estimulado e expandido desde a década de 1990, primeiro através da CELMAR Indústria Papel e Celulose, empresa que pertencia a então Companhia Vale do Rio Doce. Inicialmente, a produção de eucalipto teve forte concentração em Açailândia, Imperatriz e em Urbano Santos.

¹¹ Existem situações, em que as mulheres trabalham no chamado sistema de barracão, sistema comum nas regiões do Médio Mearim e tocantina, em que um intermediário arrenda um pedaço de terra do fazendeiro e contrata os serviços das quebradeiras de coco babaçu, através do pagamento de diárias, para que elas quebrem o coco e entreguem ao contratante a amêndoa e a casca do coco. PNCSAa (2005); PNCSAb (2005)

(WEBER, 1996), e nem modificaram o quadro dos indicadores sociais no estado. Ao contrário, atualiza essas dimensões, conjugando tecnologia de ponta com relações de produção semelhantes às configuradas no início da revolução industrial, a exemplo das situações constantemente denunciadas no Brasil de trabalho escravo – muito comum nas carvoarias e madeireiras; crimes de pistolagem; e criminalização de lideranças populares que reclamam por direitos humanos e sociais.

Ameaçados ou impedidos do acesso aos recursos naturais de onde extraem suas fontes de renda, esses grupos constantemente assistem ao deslocamento de seus membros, particularmente os jovens, para trabalharem em outras atividades como a cana-de-açúcar e o garimpo, em outras áreas da Amazônia, conforme relata uma quebradeira de coco, liderança do projeto de assentamento Vila Conceição II, município de Imperatriz-MA

Muitas comunidades vão ser destruídas, muitas vão para a periferia, algumas tão sendo a isca, comunidades que tinham onde pescar, onde pegar coco, produto pra fazer artesanato, tudo isso, não tenho dúvida, que está se acabando, e outras comunidades também vão se acabar. (...) Só tem terras pra Suzano, Celmar e hoje não temos mais por onde, só tem eucalipto lá e nosso ciúme é por isso, e eles estão convencendo esses assentamentos a seguir a política deles¹².(...)" (Maria Querubina da Silva Neta – Imperatriz-Ma)

A entrevistada se refere à situação vivida pelas comunidades da Estrada do Arroz, situada no município de Imperatriz - MA, afetada pela instalação da Suzano Papel e Celulose¹³, grupo empresarial que comprou, em 2008, 80 mil hectares de plantio de eucalipto da Companhia Vale do Rio Doce. Atualmente está em fase final de construção da fábrica de celulose na Estrada do Arroz, em Imperatriz, com capacidade de produção de 1,5 milhão de toneladas/ano para exportação. A meta é alcançar uma área de 167 mil hectares no estado do Maranhão, tendo alcançado até o momento 50% do total de plantio de eucalipto. Conforme previsões da empresa, a produção da fábrica chegará a 1,5 milhões de toneladas de celulose por ano, que será escoada pela ferrovia e pelo Porto de Itaqui, em São Luís, capital do Maranhão, ao mercado internacional, em especial Europa e Estados Unidos (ALVES e NÓBREGA, 2011).

Cabe mencionar que esses empreendimentos, sobretudo a Vale e a Suzano, têm adotado estratégias que se assemelham aos procedimentos da Alternative Dispute Resolution (ADR), ou “estilos conciliatórios, como parte de uma política de pacificação em resposta aos movimentos da década de 60” estudados por Nader (1994). Atraem para seus quadros profissionais que, historicamente, estiveram a serviço dos movimentos sociais, para atuarem como mediadores nas negociações realizadas diretamente com os agentes sociais nas comunidades, provocando tensões internas nos movimentos sociais.

¹² Entrevista obtida no âmbito do projeto Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra Desmatamento e a Devastação: Processos de Capacitação de Povos e Comunidades Tradicionais, coordenado pelo professor Alfredo Wagner B. de Almeida.

¹³ Informações obtidas em: **Fábrica de celulose da Suzano no Maranhão deve atender Europa e EUA**. In: <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2012/12/03/fabrica-de-celulose-da-suzano-no-maranhao-deve-atender-europa-e-eua.jhtm>, acesso em 15/08/2013. Sobre os impactos deste empreendimento nas comunidades afetadas, Ver Alves e Nóbrega (2013)

Atualização e/ou invenção das formas de organização política na Pré-Amazônia

A Pré-Amazônia maranhense, entre as décadas de 1960-1980 foi palco de grandes conflitos agrários, com forte atuação de movimentos sindicais de trabalhadores rurais, em resistência a um padrão de dominação de mais de 50 anos. Tais movimentos foram fortemente reprimidos pelo regime militar. Na década de 1980, a resistência é retomada com o apoio de entidades confessionais, organizações não governamentais e partidos políticos de esquerda. Nesse período, percebe-se, também, uma conjugação da organização política com a organização econômica e uma tendência a estruturar a organização em redes, a exemplo do Conselho Nacional dos Seringueiros, Grupo de Trabalho da Amazônia, Rede Agroecológica do Maranhão e Rede Fruto dos Cerrados.

O Cerrado não pode estar subordinado à lógica e ao valor do business (negócio). Para nós, o valor do Cerrado é antes de tudo o valor da vida de todos os seres e elementos que o constituem, que nele habitam e que dele dependem: homens, mulheres, os bichos, as plantas, a terra, as águas, os minerais, valor esse cujo aprendizado do seu profundo significado traduzimos em nossas múltiplas e variadas culturas enquanto povos dos cerrados. (Carta do Maranhão à sociedade Brasileira, novembro de 2000)

Percebe-se, na citação acima, que nos anos 1990/2000 há um deslocamento no campo da organização política desses povos atingidos. Aqueles que permanecem estão atualizando e/ou inventando formas de organização política específicas em defesa de seus territórios. Os conflitos sociais assumem outras configurações, passando não somente pela disputa por terra, como também por lutas pela preservação e acesso aos recursos naturais e por políticas públicas que reconheçam as diferenças culturais e compreendam a cultura como um direito de cidadania.

Emergem nesse processo, formas organizativas de base que colocam os sujeitos em diálogo direto com as instâncias de poder público, ampliando seus interesses, articulando as dimensões ambiental, econômica, social e política e se fazendo plurais em suas relações. Esses grupos são vinculados a organizações locais, como associações, cooperativas, grupos informais e ONGs, entretanto, estão ligados também a movimentos sociais e a redes de articulação política e econômica, de caráter regional, nacional e internacional. Atuam politicamente dentro e fora dos espaços de definição de políticas públicas, de forma que tais vínculos nos permitem pensar sobre o local articulado com o global, esforço característico dos movimentos sociais configurados a partir da década de 1990 (ARAÚJO, 2010)

Almeida, Martins e Shiraishi Neto (2005), ao apresentar uma cartografia social do processo de devastação da região ecológica dos babaçuais, mapearam as tensões e os conflitos sociais, configurados no processo de destruição desse ecossistema. Os mapas situacionais, produzidos no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, além de revelarem as ocorrências concretas de conflito, delimitam as territorialidades específicas, enfatizando realidades localizadas e processos sociais, mostrando os diferentes sujeitos sociais envolvidos, bem como as especificidades das formas organizativas emergentes e diferentes formas de resistência configuradas face às situações de conflito apresentadas.

A emergência dessas identidades coletivas se deu concomitantemente à emergência de outros movimentos de abrangência nacional ou internacional, o que nos leva a crer que, enquanto o governo

brasileiro cede às pressões do agronegócio, os movimentos conseguem manter o fôlego de fazer ações coletivas autônomas, públicas e não se deixam cooptar completamente¹⁴.

Entre as estratégias das ações coletivas contemporâneas, está a ampliação das demandas, associando a luta pela terra a outras necessidades como a educação em todos os níveis, a melhoria da produção por meio de assessoria técnica. Há, em particular, um investimento em um segmento novo, que emerge, rompendo com conceitos e ampliando as fronteiras, discutindo um projeto de uma nova sociedade: a juventude que passa a ser reconhecida pelos movimentos sociais tradicionais como um sujeito político que redefine a relação campo/cidade.

O fortalecimento dos movimentos sociais contemporâneos requer o duplo movimento de mergulhar nas especificidades, mas ao mesmo tempo, romper fronteiras construídas dentro da lógica da oposição binária. A reforma agrária hoje extrapola a luta pela terra e envolve direitos que garantem a vida, englobando desde o acesso aos recursos naturais, à segurança, à soberania alimentar, ao direito de informação e de formação econômica e política, para que as pessoas se vejam como sujeitos.

Conclusões

Pensando nas crises e emergências sociais na América Latina, tema central deste encontro, imagino que a situação específica, aqui apresentada, pode oferecer importantes elementos para uma reflexão mais profunda da complexidade da Amazônia, enquanto espaço plural, heterogêneo.

A especificidade da Pré-amazônia Maranhense nos ajuda a pensar acerca das diferentes formas de resistência a um padrão de dominação, alicerçado no patrimonialismo e no colonialismo, bem como sobre as tentativas, em curso, de construção de uma cultura política emancipatória (SANTOS, 2007).

Assim como a mundialização do capital toma contornos diferenciados, exigindo uma compreensão da questão agrária, de forma mais ampliada e mais articulada com outras temáticas, mudam-se as estratégias de sobrevivência e a percepção que os agentes sociais têm de si próprio assim como também mudam-se as estratégias de enfrentamento que passam a conjugar, além da articulação em rede, ações de massa, ações jurídicas, ações de comunicação e de pressão, em níveis locais, nacionais e internacional (ARAÚJO, 2010).

Por outro lado, a situação aqui analisada nos remete à crítica de Spivak à historiografia e às análises que tendem a observar os grupos considerados “subalternos”, entre eles os camponeses, sob uma perspectiva generalizante que impede a percepção da consciência específica de cada rebelião e o significado dado por cada grupo as suas ações

Percebe-se que, em busca do reconhecimento e da legitimidade de suas identidades coletivas, os povos e comunidades tradicionais, representados ou não por movimentos sociais, reinventam a mobilização e ação coletiva, atuando por dentro e fora do Estado. Sendo assim, a luta social muda de lugar, assim como também mudam as formas de mediação, processo que precisa ser melhor compreendido sociologicamente.

¹⁴ Vide a resistência do MST e do MAB contra a construção da hidrelétrica do sul do Maranhão, que se expressa publicamente por meio de bloqueios à obra, iniciada em 2007, como a que ocorreu em março de 2008, quando bloquearam a estrada de acesso ao canteiro de obras, às margens da BR 010, com a participação de cerca de 400 pessoas atingidas, entre ribeirinhos, agricultores, pescadores, barqueiros, barraqueiros que reivindicavam uma forma de discussão sobre os impactos da hidrelétrica. Outros exemplos podem ser citados, como: a resistência dos povos indígenas que, constantemente, têm feito manifestações por meio de bloqueios da Ferrovia Carajás ou ocupações na FUNASA, para dar visibilidade às suas reivindicações; as ocupações dos quilombolas e dos Sem Terra no INCRA.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Helciane de Fátima Abreu. **Memória, mediação e campesinato**: estudo das representações de uma liderança sobre as formas de solidariedade, assumidas por camponeses na chamada Pré-Amazônia Maranhense (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas/UFMA). São Luís, 2000. Manaus: UEA Edições, 2010.
- _____. **Entre a cerca e o asfalto**: a luta pela posse da terra em Buriticupu. (monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais). UFMA, 1996.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARTINS, Cynthia Carvalho; SHIRAISHI NETO, Joaquim. **Guerra Ecológica nos Babaçuais**: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de *commodities* e aquecimento do mercado de terras na Amazônia. São Luís: MIQCB/BALAIOS TYPOGRAPHIA, 2005. São Luís: Balaios Typographia, 2005.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MOURÃO, Laís. Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo. In: **Pesquisa Antropológica**. Brasília, nº 9-10, 1976.
- ALVES, Vicente Eudes Lemos e NOBREGA, Mariana Leal Conceição. **Do arroz para o eucalipto: caminhos e (des) caminhos do agroextrativismo na Amazônia maranhense – o caso da instalação da fábrica Suzano Papel e Celulose na microrregião de Imperatriz**. Unicamp, São Paulo: 2013.
- Amazônia Maranhense: Diversidade e Conservação / Organizado por Marlúcia Bonifácio Martins; Tadeu Gomes de Oliveira – Belém: MPEG, 2011
- ANDRADE, Manuel Correia. **Paisagens e Problemas do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.
- ARCANGELI, A. **O mito da terra**: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense. São Luís: EDUFMA, 1987.
- ASSELIN, Victor. **Grilagem**: corrupção e violência em terra do Carajás. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- BASTOS, E. B. L. **Maranhão, Terra em Sangue**: uma análise da ação oficial para o campo durante o período da Nova República no Maranhão (Monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais). São Luís: UFMA, 1994.
- DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e os movimentos sociais do campo. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. Cristina Yamagami (trad.). São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 81-112.

Fábrica de celulose da Suzano no Maranhão deve atender Europa e EUA. In: <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2012/12/03/fabrica-de-celulose-da-suzano-no-maranhao-deve-atender-europa-e-eua.jhtm>

IBGE/PNAD (2002, 2004, 2005, 2010)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário (1995-1996).

LOPES, José Sérgio Leite. (coord) **A ambientalização dos conflitos sociais.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

MEIRELES, 2001. História do Maranhão. São Paulo: Siciliano, 2001.

MESQUITA, Benjamim Alvino de. **A Transformação da pecuária bovina no Maranhão sob a ação governamental e as forças de mercado:** ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970 a 2000 (Tese de Doutorado em Políticas Públicas e Géographie, Aménagement et Urbanisme. Cotuttele). UFMA-PPGPPP/PARIS 3 Sorbonne Nouvelle, 2006.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **Análise Recente do Setor Agropecuário do Maranhão:** Evolução e Situação Atual, mimeo, 2008.

NADER, Laura. Harmonia Coerciva. A economia política dos modelos jurídicos. RBCS N° 26, Ano 9, Outubro de 1994

PINHEIRO, Edmilson. “**A Natureza do Agronegócio e sua configuração no Maranhão**”, **Palestra proferida no Primeiro Seminário do Ciclo de Debates “Agronegócio no Maranhão, exploração e miséria (destruição no campo e na cidade)**, promovido pela Via Campesina, São Luís no dia 26/04/07.

PORRO, Roberto. **Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia:** vales dos rios Mearim e Pindaré-Maranhão. Roberto Porro, Benjamin Alvino de Mesquita, Itaan de Jesus Pastor Santos (orgs.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 3. Quebradeiras de coco babaçu de Imperatriz. São Luís, 2005a.

_____. Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 6. Quebradeiras de coco babaçu de Imperatriz. São Luís, 2005b.

SANTOS, Boaventura. Conhecimento e transformação social: para uma ecologia dos saberes. In: **Somanlu**, Revista de estudos amazônicos. ano 7, nº 1, jan/jun. Manaus: EDUA, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007a.

WEBER, Max. Los tipos de dominación. In: **Economia y sociedad.** México: Fondo de Cultura Económica, 1996. p.170-241.